



## GT 008. Antropologia da cidadania

Marcus André de Souza Cardoso da Silva (PPGEF/UNIFAP) - Coordenador/a, Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Lenin dos Santos Pires (Universidade Federal Fluminense) - Debatedor/a, Luiz Eduardo de Lacerda Abreu (Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília) - Debatedor/a, Juliana Gonçalves Melo (Professora adjunta IV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - Debatedor/a

A terceira onda democratizante na América Latina não se mostrou capaz de suprimir desigualdades estruturais nem garantiu a efetivação dos direitos civis e sociais dos cidadãos. Isto representou um desafio às abordagens formalistas da teoria política, incapazes de explicar satisfatoriamente as especificidades que caracterizaram este processo. Nesse cenário, a antropologia, com seu foco etnográfico, tem muito a contribuir para o debate sobre "direitos", "cidadania", "igualdade" e "justiça". Ao deslocar a análise da dimensão formal da cidadania para como os direitos são vividos, concebidos e problematizados cotidianamente pelos atores sociais, abre-se espaço para perceber rearranjos e concepções distintas da formulação eurocêntrica. Ao fazer isso, os antropólogos têm desestabilizado abordagens que naturalizam o modelo liberal, demonstrando que não é possível compreender a "cidadania" como um status puramente legal que garante ao indivíduo um conjunto de direitos e deveres em sua relação com o Estado. Tendo isto em mente, o GT busca comparar e debater trabalhos etnográficos que abordem: como a "cidadania" é significada por diferentes atores associados às agências do Estado, ONGs, movimentos sociais e outros coletivos; como se dão as relações que estes diferentes atores estabelecem entre si; quais são os desafios metodológicos dos estudos etnográficos sobre "cidadania".

### "Direito machista, direito racista: etnografia das práticas de advocacia feminista e antirracista em Salvador (BA)"

**Autoria:** Andressa Lídicy Morais Lima

Este work se propõe a apresentar uma etnografia com mulheres que se autoafirmam como advogadas feministas e antirracistas que hoje estão organizadas em coletivos, movimentos, organizações e redes. É parte de minha pesquisa de tese de doutoramento em antropologia social sobre a mobilização do direito por advogadas feministas e antirracistas realizada em Salvador, Bahia, Brasil entre 2016 e 2018. Para isso coloco em relevo as práticas de atuação dessas mulheres em diferentes contextos de atividade profissional dentro e fora do Poder Judiciário. Procurei não só conhecer seu "modus operandi", isto é, suas práticas e modos de ação, como também mapear as "gramáticas morais" que guiam suas estratégias de produção e atuação na defesa judicial em contextos múltiplos de ação, tanto nas atividades de audiência como na produção de teses feministas, bem como entender de que modo este engajamento jurídico feminista vêm sendo alavancado dentro do Direito e do Poder Judiciário por essas interlocutoras. Teoricamente informada por autores como Cardoso de Oliveira (2011; 2018), Honneth (2003; 2015) e Allen (2015; 2016) reflito sobre as experiências suscitadas pela investigação da atuação, engajamento e participação dessas advogadas na formação de uma rede de mobilização do direito que considera "fazer justiça" a luta pelo reconhecimento das mulheres, caracterizada pela forte tradição de resistência política e social e pela emergência de novas formas de associativismo e ação coletiva que marcam a busca por direitos e cidadania potencializados pela noção de interseccionalidade.





**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

